

Jornalismo e mídias sociais digitais: redes de participação e visibilidade das pessoas com deficiência

Journalism and digital social media: participation and visibility networks of people with disability

Lia R. Lima ALMEIDA¹

Resumo

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, 23,9% da população brasileira declarou possuir algum tipo de deficiência. Apesar da representatividade desta parcela da população, ela não alcança visibilidade nos meios de comunicação tradicionais. Partindo dessa observação, este trabalho estuda o crescente uso das mídias sociais digitais como rota alternativa de comunicação e relacionamento das pessoas com deficiência e demais interessados na questão. Trata-se, portanto, de uma prospecção de tendências relacionadas a criação de espaços alternativos de publicização de informação e visibilidade da deficiência. Com base na noção de biosociabilidade e inclusão social, o artigo reflete sobre que tipo de contribuição estes espaços podem trazer para o processo de democratização e de qualificação da informação e outros efeitos no tratamento dado pela mídia brasileira aos diversos aspectos relacionados à deficiência.

Palavras-chave

Deficiência; Mídias sociais digitais; Visibilidade; Jornalismo e Cidadania; Biosociabilidade.

Abstract

According to the Census of 2010, 23.9% of the Brazilian population declared that have some kind of disability. Despite of the representativeness of this part of the population, people with disability, in general, do not generate visibility in the traditional media. Based on this assessment, this work explains the growing use of digital media as an alternative way of communication and relationship of people with disability and others that have interests in this issue. It is, therefore, an exploration of new trends related to the creation of alternative spaces of publicizing information and visibility of disability. From the idea of biosociability and social inclusion, this article reflects what kind of contribution these spaces can bring to the process of democratization and qualification of the information and other effects on the treatment given by the Brazilian media on the various aspects related to disability.

Keywords

Disability; Digital Social Media; Public visibility; Journalism and Citizenship; Biosociability.

RECEBIDO EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014
ACEITO EM 18 DE JUNHO DE 2015

¹ Jornalista, doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pelo Programa de Pós-Graduação da FACOM – Universidade Federal da Bahia. Contato: liaraquella@gmail.com

No mês de agosto de 2014, as redes sociais digitais (como *YouTube*, *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*) foram tomadas por milhares de vídeos e mensagens de artistas, atletas, empresários e outras personalidades participando de um desafio: virar um balde de gelo sobre a cabeça. Trata-se da campanha *Ice Bucket Challenge* (Desafio do balde de gelo), organizada pela *ALS Association* para angariar fundos para serviços relacionados ao cuidado de pacientes e pesquisas sobre tratamentos e cura da ELA, a esclerose lateral amiotrófica, uma doença neurodegenerativa rara e fatal, caracterizada pela degeneração dos neurônios motores, responsáveis pelo controle dos movimentos voluntários dos músculos.

Para se ter uma ideia do impacto da campanha, entre os dias 29 de julho e 17 de agosto de 2013, a Associação arrecadou U\$ 1,7 milhão. Neste ano, no mesmo período, graças à repercussão do desafio, o valor foi de U\$ 13,3 milhões. Os números totais serão ainda maiores se levarmos em conta que até o dia 23 de agosto as doações já somavam U\$ 62,5 milhões.

No Brasil não está sendo diferente. A *Associação Pró-Cura da ELA* também aderiu à campanha e em quatro dias arrecadou R\$ 163 mil, um valor pelo menos dezesseis vezes maior do que no ano passado. O *Instituto Paulo Gontijo* (IPG), dedicado à pesquisa e divulgação de informações sobre a esclerose lateral amiotrófica, também recebeu R\$ 20 mil em doações, quase triplicando o valor recebido.

No entanto, sem deixar de lado a grande importância da alta arrecadação, nosso interesse aqui é ressaltar o papel dessa estratégia para trazer visibilidade pública ao tema. As doenças raras praticamente não fazem parte das discussões e políticas públicas voltadas para a saúde e são desconhecidas pela maior parte da população.

Assim, a ampla divulgação da campanha nas redes sociais digitais acabou contribuindo diretamente para a entrada da ELA na agenda de publicações jornalísticas e programas televisivos diversos. Em entrevista para o *Bem Estar*, programa da *Rede Globo*, a gestora executiva do

Instituto Paulo Gontijo enfatizou a importância da ação para a publicidade de conhecimentos sobre a doença. Para ela, a campanha conseguiu atingir em uma semana um objetivo que vinha sendo buscado há nove anos.

Além disso, as Associações relatam a grande procura por fontes e informações pelos jornalistas interessados em abordar o tema em suas matérias, assim como um grande aumento do número de pacientes cadastrados. Este aumento da procura está associado à visibilidade adquirida pelas Associações nos últimos dias.

Nestes termos, ao trazer a campanha do desafio do balde de gelo no início deste artigo, gostaríamos de ilustrar um aspecto que vem crescentemente ganhando corpo nas sociedades contemporâneas: formas de subjetivação e organização centradas nas características biológicas dos indivíduos (critérios de saúde, doenças específicas, deficiência etc) e o uso que estes grupos tem feito das potencialidades da internet, mais especificadamente das redes sociais digitais, como estratégia de comunicação e relacionamento.

Vale ressaltar que a esclerose lateral amiotrófica encaixa-se no grupo de doenças raras e as pessoas com essa doença acabam vindo a óbito em poucos anos. Não as estamos tratando como parte do grupo de pessoas com deficiência, apesar de desenvolverem progressivas dificuldades de executar movimentos e perda de força muscular. A escolha do exemplo na introdução do artigo ocorreu por ser a ação mais recente de um coletivo bio-social e pela exposição que o tema alcançou em todo o mundo, facilitando o entendimento do nosso objeto de estudo, e por seu discurso e ações de comunicação se encaixarem nas mesmas práticas estudadas; uma estratégia de chamar atenção da população geral e da mídia para si.

Dessa forma, partindo da constatação de que a imprensa é a grande responsável por dar existência pública aos fatos nas sociedades atuais e a questão da deficiência não alcança visibilidade nos meios de comunicação tradicionais, este trabalho procura refletir sobre como um grupo de pessoas, a saber, as pessoas com deficiência e demais envolvidos com o tema (familiares, profissionais etc), tem criado rotas alternativas de comunicação, escapatórias dos processos de seleção e adequação dos grandes meios, como também, muitas vezes conseguiu

fazer com que temas do seu interesse consigam chamar atenção de milhares de pessoas e entrem na agenda da imprensa.

A primeira parte do artigo discute a entrada da vida biológica e da saúde no centro dos debates atuais e seus impactos socioculturais. O tópico seguinte apresenta a Grande Imprensa como parte de um novo ecossistema informativo na Rede. Na sequência, apresentamos alguns dados que caracterizam a questão da deficiência no Brasil, para por fim, refletirmos sobre como as pessoas com deficiência e sua rede social procuram alcançar visibilidade pública através de estratégias comunicativas que exploram as potencialidades das mídias digitais.

Comunicação e biopolítica: biossociabilidade em Rede

Na última década, a pesquisa em Comunicação incluiu as noções de biopoder e biopolítica como objeto da sua agenda de estudos. A literatura que aborda estes conceitos diagnostica que o entendimento da vida como objeto de poder e as consequentes estratégias de apropriação da vida tornaram-se fundamentais para a compreensão da nossa condição contemporânea.

As contribuições da Filosofia com as discussões sobre as biopolíticas de regulação da vida e de produtividade econômica são importantes para entendermos a instauração de um novo modo de relação entre capital e subjetividade que vem ganhando corpo a partir da mudança de paradigma do capitalismo que estamos vivendo. Temos aqui, uma passagem da ideia de “produzir o sujeito” para a própria vida como objeto; uma discussão “das formas de vida”. De um lado, a vida torna-se alvo do capital, do outro, ela mesmo torna-se um capital (COSTA, 2011; PELBART, 2011).

É importante destacar também que a partir das transformações do pós-fordismo, a informação e a comunicação passam a ter lugar de destaque na organização e funcionamento das sociedades. Assim, uma vez que os meios de comunicação são atualmente o meio ambiente predominante para a comunicação pública em geral, os pesquisadores da área passam a se dedicar ao estudo da relação dos meios de comunicação com as estratégias de regulação da vida dos indivíduos e da sociedade.

Não caberia aqui, em um trabalho desta natureza, uma discussão mais aprofundada sobre tais noções. Dessa forma, focamos em apenas

um aspecto considerado central para entendermos a relação entre estas discussões e o presente artigo: formas de coletivização organizadas em torno de critérios de saúde, desempenho físico, doenças específicas, genética etc. Conceituadas por Rabinow (2002) como biossociabilidade, uma atualização da noção de cidadania biológica.

Implicam formas usuais de ativismo, tais como campanhas por melhor tratamento, fim do estigma, obtenção de acesso a serviços [...] mas envolvem novas maneiras de formar cidadania pela incorporação em comunidades ligadas eletronicamente por listas de correio eletrônico ou páginas eletrônicas: pode-se chamar isso de biocidadania digital (ROSE, 2013, p.193).

Estes agrupamentos biossociais têm criado novos espaços de debates públicos sobre suas experiências corporais, acesso ao conhecimento e exigências de reconhecimento. Coletivos formados com base em uma identidade partilhada a partir de uma concepção biológica.

Dessa forma, ao nos referirmos à biossociabilidade e relacionamos às pessoas com deficiência queremos enfatizar um grupo que se organiza e se identifica não segundo padrões tradicionais de agrupamento como classe, estamento, orientação política, mas conforme uma questão biológica específica, a deficiência.

Jornalismo, mídias sociais e fluxo de informação

Sabemos que toda a percepção da realidade pelo homem é um processo mediado. Nossas experiências de vida, a linguagem, os campos sociais em que estamos inseridos e até mesmo os cinco sentidos são considerados elementos mediadores ou intermediários do nosso relacionamento com o real (BRAGA, 2012). No entanto, interessa-nos falar aqui, de uma modalidade específica de mediação, a mediação social do campo dos meios de comunicação.

Em a *Mídia e a Modernidade*, Thompson (2008) desenvolve uma abordagem que traz a comunicação como parte integral de contexto mais amplos da vida social. O autor ressalta a necessidade de uma abordagem "cultural", focada nos meios de produção e circulação das formas simbólicas do mundo social. Para ele:

[...] o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si (THOMPSON, 2008, p.19).

Ele faz uma análise relacionando as inovações e apropriações técnicas, desde o desenvolvimento da impressão até a chegada das mídias digitais, aos seus impactos socioculturais. Sua pesquisa enfoca como o desenvolvimento dos meios de comunicação afetaram os padrões de interação social: o advento da interação mediada.

É sob esta ótica que trazemos o protagonismo social alcançado pelos meios de comunicação na atualidade, uma vez que “a vida e dinâmicas dos diferentes campos são atravessadas, ou mediadas, pela tarefa organizadora tecno-simbólica de novas interações realizadas pelo campo das mídias” (FAUSTO NETO, 2008, p.90).

A imprensa pode ser considerada assim, a grande responsável por “dar existência” aos acontecimentos, pessoas, entre outros, tendo um papel central nas discussões públicas. É principalmente através dela que os temas alcançam visibilidade pública.

No entanto, apesar de destacarmos a centralidade da imprensa nesse processo, evidenciamos que as oportunidades de produção simplificada e colaborativa de conteúdo permitidas pelas mídias digitais têm tido efeitos significativos sobre as práticas e valores jornalísticos tradicionais, uma vez que possibilitam uma maior abertura do jornalismo para a participação do público, assim como, permitem “novas formas” de se fazer jornalismo, como o jornalismo participativo, cidadão e de fonte aberta.

Para Sorrentino (2006), o debate sobre as fronteiras da produção jornalística deve vir da conscientização de que o jornalismo está sempre se modificando, tanto em nível de recursos, quanto ao formato e gêneros, além dos atores sociais representados, público-alvo e profissionais requeridos. Para ele, o crescente fluxo informativo acentua ainda mais esta tendência de multiplicação de forma e conteúdo, o que influi ainda na exigência de visibilidade dos atores sociais.

(...) Que torna indispensável para todos os autores sociais procurarem uma visibilidade pública através da construção de estratégias comunicativas capazes de chegar diretamente aos cidadãos e para qual, é necessário utilizar profissionais de comunicação, muitas vezes jornalística. A integração multimídia faz com que seja possível adaptar o formato jornalístico às especificidades de cada meio específico, multiplicando percursos e produtos (SORRENTINO, 2006).

De acordo com ele, atualmente o jornalismo passa por um momento de ampliação do seu campo a partir da influência das novas tecnologias e das mídias interativas. O autor nos convida a contemplar a ideia de uma ampliação do debate público e o movimento de superação da audiência tradicional e a formação de redes de participação como elemento de reconfiguração do campo jornalístico.

Existe um extenso número de pessoas interessadas em fatos que não ganhariam o *status* de notícia em organizações jornalísticas, como eventos relacionados a seu bairro, sobre uma banda independente desconhecida pelo mercado da música ou ainda sobre questões relacionadas ao bem-estar de pessoas com deficiência, por exemplo. Esta diferenciação dos critérios de noticiabilidade dá origem a um jornalismo de recuperação da informação residual ou jornalismo lateral (PALACIOS, 2007), caracterizado pelo alargamento temático ou hiperespecialização.

Assistimos a um alargamento do espaço público que se apresenta de forma fragmentada, um reflexo da segmentação das mensagens comunicativas dirigidas a sectores específicos, o que contribui simultaneamente para uma maior proximidade dos cidadãos aos temas com os quais se identificam (RODRIGUES, 2006, p. 165).

Portanto, ao ressaltarmos a existência de um ecossistema informativo na Rede, estamos falando do crescente e intenso fluxo de informação e comunicação que tem se formado entre espaços da Grande Imprensa e espaços produzidos por pessoas comuns, sociedade civil organizada, entre outros.

A questão da deficiência no Brasil

De acordo com o *Censo Demográfico 2010*, realizado pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), 45 606 048 milhões de pessoas declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas (visual, auditiva, motora e mental ou intelectual), o que corresponde a 23,9% da população brasileira. No ano de 2000, esse número era de cerca de 24,5 milhões de brasileiros, ou 14,5% da população. Na obra *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada*, é apontado que em 1991, esse número era de apenas 1,41%.

Ainda de acordo com a publicação da Convenção, o grande aumento do número de pessoas com deficiência ocorreu devido o aprimoramento dos instrumentos de coleta das informações. O relatório do *Censo 2010* apresenta o Brasil como membro do *Grupo de Washington sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiência* (*Washington Group on Disability Statistics GW*), “que tem como objetivo padronizar o levantamento das estatísticas das pessoas com deficiência, tanto nos censos populacionais como em outras pesquisas domiciliares” (IBGE, 2010).

No entanto, a publicação da *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada* também destaca o envelhecimento da população (aumento da expectativa de vida) e a violência urbana (assalto, violência do trânsito etc) como também responsáveis por esse aumento.

Estes dados anunciam a expressividade da questão da deficiência para a organização social, econômica e política do Brasil. Justamente por isso, o encontramos nos mais diversos enunciados que tratam do tema para destacar a representatividade desta população, incluindo a apresentação e justificativa do *Plano Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites*, lançado pelo Governo Federal em 2011. A política de inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil existe desde a *Constituição de 1988*, com a Lei nº 7.853/1989. Depois disso, já foram criados novos dispositivos constitucionais, leis, decretos e outras normas voltadas a garantir os direitos das pessoas com deficiência, que acabaram resultando na *Legislação Brasileira sobre Pessoas com*

Deficiência. Porém, é a primeira vez que o Governo lança um plano com políticas públicas voltadas exclusivamente para as múltiplas necessidades desta parcela da população, estruturadas em quatro eixos interdependentes: acesso à educação; inclusão social; atenção à saúde; e acessibilidade.

O plano *Viver sem Limites* consolida uma grande conquista da mobilização política das pessoas com deficiência para a reivindicação de seus direitos, uma trajetória iniciada em 1979, que ganha ainda mais força, em junho de 2015, com a aprovação do *Estatuto da Pessoa com Deficiência/Lei Brasileira da Inclusão*. O Estatuto veio para garantir novos direitos, além do já assegurados pela Convenção da ONU, na garantia da equiparação de oportunidades, autonomia e acessibilidade. Desta maneira, é neste cenário de emergência de circunstâncias políticas apropriadas, em confluência com os desenvolvimentos da medicina e do direito voltados para a questão da deficiência, além de inovações de outras naturezas, como as tecnologias assistivas, por exemplo, que se encaixam nossa análise da deficiência.

Observamos como este cenário aliado ao uso das mídias digitais tem possibilitado o desenvolvimento de redes de comunicação e relacionamento sobre a deficiência e contribuído com o processo de democratização e de qualificação da informação sobre o assunto, além dos efeitos no tratamento dado pela mídia brasileira aos diversos aspectos relacionados ao tema.

Comunicar para sustentar

Como mencionamos no tópico anterior, o movimento de participação e inclusão social das pessoas com deficiência está ganhando cada vez mais destaque no Brasil. No entanto, a visibilidade do tema na mídia ainda é baixa de um modo geral.

A *Agência de Notícias dos Direitos da Infância* (ANDI) e a *Fundação Banco do Brasil* (FBB), em parceria com a *Escola de Gente – Comunicação em Inclusão* realizaram uma análise quantitativa da cobertura da imprensa brasileira sobre questões associadas à diversidade, com foco na deficiência. Entre janeiro e junho de 2003, foram convocados um grupo de consultores especializados no conceito de inclusão para avaliar 1.192

matérias veiculadas durante o ano de 2002, gerando um documento escrito pela equipe em parceria com a *Escola da Gente* e o cientista político Guilherme Canela. O documento serviu de base para o *Seminário Mídia e Deficiência: Diversidade de Cidadania e Inclusão na Imprensa Brasileira*, realizado nos dias 13 a 15 de julho de 2003, em Brasília.

A partir deste documento e das discussões geradas no Seminário, surge a obra *Mídia e Deficiência* (2003). O livro reconhece os méritos e destaca os principais problemas da cobertura do tema, além de apontar caminhos para que as redações e profissionais da área possam contribuir para um aprofundamento do debate público sobre os complexos aspectos que envolvem à questão. O diagnóstico final da pesquisa ressalta que:

O grande desafio, na verdade, é que no momento em que a imprensa tomar consciência da necessidade de evitar abordagens superficiais sobre a questão da Deficiência terá dificuldades em cumprir essa meta, porque simplesmente não sabe como fazer isso. Há necessidade de articular esforços, em nível nacional, para a capacitação de jornalistas no sentido de que não discriminem a agenda das pessoas com deficiência em suas reportagens, reconhecendo a urgência desta pauta (VIVARTA, 2003, p.10).

O trabalho destaca ainda que temas sobre abuso sexual em crianças ou tráfico de drogas já conseguem espaço no jornalismo e mobilizam o senso comum, sendo considerado por todos como problemas a serem combatidos. No entanto, acreditam que a questão da deficiência não consiga o mesmo apelo uma vez que não identificam-se com os problemas, não figuram na relação de problemas que a sociedade “considera como seus”.

Por outro lado, uma pesquisa preliminar sobre o assunto nos meios de comunicação, nos apontou que a entrada do tema na agenda da sociedade brasileira tem tornado-se mais perceptível nos últimos anos. Dois pontos podem ser apontados como fundamentais para tal visibilidade: a atenção dada pelo Governo ao tema, principalmente a partir do *Plano Viver Sem Limites* e o crescente uso de ferramentas digitais por esta parcela da população e sua rede social (familiares, instituições,

profissionais etc) para a divulgação de fatos, pesquisas, pessoas e instituições envolvidas com o tema.

Nos últimos quatro anos, o Governo, através da Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência tem desenvolvido uma série de ações visando à pesquisa, coleta, organização e divulgação de informações sobre o tema. Além dos portais das secretarias citadas, em que se concentram informações diversas sobre o assunto, tem-se criado uma série de cartilhas informativas e vídeos no *YouTube* buscando divulgar ideias como diversidade humana e inclusão social, além das políticas de inclusão social.

Entre esse material, destacamos a produção de divulgação do documentário *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência*. O vídeo traz toda a história das pessoas com deficiência no Brasil, desde os tempos do Brasil colonial até os dias de hoje e as mudanças de perspectivas sobre a questão no decorrer do tempo, com entrevistas com as principais lideranças do movimento.

O movimento político das pessoas com deficiência tem como lema “Nada sobre nós sem nós”. A frase marca bem o movimento afirmativo desta parcela da população, iniciado no Brasil em 1979. Desde essa época, tem-se observado o forte posicionamento das pessoas com deficiência de que elas próprias devem participar de todos os processos que envolvem as questões relacionadas às suas vidas e seus direitos, indo de encontro à perspectiva que predominou durante a maior parte do tempo, em que eles não tinham autonomia para decidir sobre sua própria vida.

A popularização das mídias digitais tem facilitado o relacionamento e publicização de informações destas pessoas, que antes dependiam em grande parte de encontros físicos, ficando restritos à organização de grupos locais - encontros nos centros de reabilitação e outras entidades relacionadas - ou, como destacado no documentário com a história do movimento, de correspondências através de cartas. Assim, a partir do uso das redes sociais digitais, as pessoas com deficiência têm se tornado mais visíveis para mais pessoas e ganharam a capacidade de falar diretamente com outras pessoas que possuem situações similares à sua.

É neste contexto que as redes sociais digitais e demais espaços produzidos e mantidos pelas pessoas com deficiência e seus familiares, profissionais (médicos, advogados, políticos etc) e instituições (centros de reabilitação, ONG's, entre outros) entram como movimentos alternativos de resistência. "Quando a vida funciona como um capital ela reinventa suas coordenadas de enunciação e faz variar suas formas" (PELBART, 2011, p.149).

Através das mídias digitais, as pessoas com deficiência tem feito suas próprias mediações, expressando suas visões de mundo, suas subjetividades, e mais especificadamente, seus entendimentos sobre a deficiência. E através desses entendimentos, acabam por reivindicar suas singularidades.

A comunicação passa a ser compreendida como um espaço fundamental de intervenção, já que é ela quem dá visibilidade aos temas de interesse. Por meio de discursos, tentam suscitar reflexões e fazer com que a população tome consciência da realidade em que as pessoas com deficiência vivem.

Os processos discursivos construídos nesses espaços apoiam-se basicamente em três pontos interligados: 1) o acesso à informação como primeiro passo e ação central como forma de combater o preconceito e buscar condições para a inclusão; 2) a apresentação de conteúdos e iniciativas que proporcionem à compreensão e desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência; e 3) informações sobre normas jurídicas voltadas para garantir os direitos das pessoas com deficiência e formas de lutar por tais direitos. As redes funcionam assim, como agregadoras e dispositivos de valorização ou autovalorização. Redes que criam sentidos à vida da pessoa com deficiência.

Assim como citamos no início desse trabalho, o desafio do balde de gelo como estratégia comunicativa buscando visibilidade pública da questão da ELA, outros exemplos ilustram tais tentativas de como essas pessoas e instituições relacionadas à questão da deficiência tem se organizado e se mobilizado na defesa de seus interesses e afirmação de seus valores e identidades.

Um exemplo disso é o trabalho que vem sendo feito na internet pelo *Movimento Down*, uma iniciativa do *Observatório de Favelas do Rio de Janeiro* que luta para a divulgação de conteúdos e iniciativas que contribuam para a inclusão de indivíduos com síndrome de *Down* e deficiência intelectual. Em seu *site*, o Movimento também disponibiliza orientações para a imprensa sobre abordagens apropriadas sobre a deficiência intelectual.

Em junho deste ano, buscando contribuir para a promoção de uma comunicação mais inclusiva pelas publicações jornalísticas tradicionais, o coletivo lançou uma cartilha voltada para os profissionais da área, com "10 Coisas que Todo Mundo Precisa Saber sobre Síndrome de Down". Além disso, oferece aos interessados, uma lista de pessoas comuns e profissionais capacitados a falar sobre o assunto.

Outro exemplo de comunicação alternativa é a campanha iniciada em 2011 pela agência TheGetz, "Esta vaga não é sua nem por um minuto", voltada para a discussão, conscientização e fiscalização do uso das vagas destinadas para pessoas com deficiências. Em março de 2013, a agência realizou uma ação colocando cadeiras de rodas em vagas normais de um estacionamento em Curitiba e registrou em fotos e vídeo a reação das pessoas ao tentar estacionar os seus carros e se depararem com as cadeiras e um bilhete "Peguei o carrinho elétrico do mercado e precisei deixar minha cadeira aqui. Volto em 1 minuto".

A repercussão da ação nas redes sociais digitais, com a viralização do material, acabou chamando a atenção da imprensa, população e alguns políticos, sendo ainda posteriormente replicada em outros locais, como em Ponta Grossa, pela Autarquia de Trânsito, e Aracaju, pela Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito e vereador Lucas Aribé.

O programa CQC, da Rede Bandeirantes, também exibiu um quadro criticando a falta de respeito dos cidadãos às vagas exclusivas. A produção do programa acorrentava uma cadeira de rodas ao automóvel parado em uma vaga especial selecionada em uma rua de São Paulo. O quadro, disponibilizado no *YouTube*, foi visualizado mais de 200 mil vezes.

Ainda sobre a visibilidade de temas sobre a deficiência, em 14 de agosto de 2012, na *40ª edição do Festival de Gramado*, o público aplaudiu

de pé o vencedor do prêmio de melhor filme do ano, *Colegas*, protagonizado por três atores com *síndrome de down*. O filme ganhou ainda mais repercussão quando um de seus protagonistas resolveu realizar uma campanha convidando o ator americano Sean Penn para participar da estreia do longa metragem nas telas brasileiras. O vídeo produzido pelo ator, Ariel Goldenberg, e publicado no *YouTube*, ultrapassou 14 milhões de visualizações. Artistas brasileiros e a população de um modo geral, usuários de mídias digitais, mobilizaram se em prol do sonho do ator. A tag *#vemseanpenn* espalhou-se rapidamente pelas redes sociais digitais, tornando-se tema de entrada para reportagens sobre o filme e potencialidades de pessoas com síndrome de *down*.

Estas são apenas algumas ilustrações de como as pessoas com deficiência e demais interessados no movimento de inclusão social destas pessoas tem utilizado a internet para mobilizar-se na busca de construção de uma autonomia social e como uma comunicação direta com aqueles capazes de aderir a seus valores. Temos assim, espaços alternativos aos grandes meios de comunicação, marcadas pela participação e produção de conhecimento sobre a vida das pessoas com deficiência e temas relacionados à sua condição biológica e social.

Como destaca Castells (2003) os movimentos voltados para a defesa ou a proposta de modos específicos de vida tem na internet um aliado na busca por atingir a consciência da sociedade como um todo. Dessa forma, o desafio passa a ser, então, encontrar modos de incrementar estratégias visando a articulação desses espaços com a esfera de visibilidade pública.

Referências

- ALMEIDA, Lia Raquel L. **Bioidentidades e Estratégias de Comunicação**: a deficiência intelectual como foco de experiência em uma sociedade centrada na negociação de conhecimentos. 105f. il. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BRAGA, José Luiz. **Circuitos versus campos sociais**. In: Janotti Jr., J.; Mattos, M. A.; Jacks, N. (Orgs.). *Mediação & Mídiação*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012.

- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- COSTA, Rogério da. **A Sociedade do Conhecimento e o Neocapitalismo**. In: XX COMPÓS. Porto Alegre, UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1624.doc>. Acesso em 01 jun. 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 4a ed. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GOMES, Wilson. Sobre a transformação da política na era da comunicação de massa. In: **XIII COMPÓS**. São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_601.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- GOMES, Wilson. Publicidade, discutibilidade, visibilidade: para uma revisão do conceito de esfera pública política. In: **COMPÓS**, 16., 2007, Curitiba. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_41.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.
- JANOTTI, Jeder. J.; MATTOS, Maria. A.; JACKS, Nilda. (Orgs.) **Mediação e Miatização**. EDUFBA ; Brasília : Compós, 2012.
- NETO, Antonio Fausto. Fragmentos de uma «analítica» da midiatização. In: **Revista Matrizes**, n.2. USP. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/matrizes/img/02/Dossie5_fau.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2010.
- ORTEGA, Francisco. **O Corpo Incerto**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- PALACIOS, Marcos. Os blogs e o alargamento do campo jornalístico. In: **Seminário Cultura e Pensamento**, MINC/MEC, Recife, 2007. Apresentação em Power Point. Disponível em: <http://docs.google.com/Presentation?docid=adf4grpvm38_758f66zf&hl=en>. Acesso em: 09 jan. 2009.
- PRADO, J. L. Aidar. Política da imagem na era da convocação. In: **Significação**, ano 39, n. 37. São Paulo: ECAUSP, 2012, p. 167-187.
- PELBART, Peter Pal. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- RABINOW, Paul. **Antropologia da Razão**. Tradução de João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- RESENDE, Ana Paula C.; VITAL, Flávia Maria de P. (Coord.) **A Convenção sobre os Direitos da Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília:

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

RODRIGUES, Catarina. **Blogs e a fragmentação do espaço público.**

Covilhã: Labcom, 2006. Disponível em:

<<http://www.labcom.ubi.pt/livroslabcom/pdfs/rodrigues-catarina-blogs-fragmentacao-espaco-publico.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

ROSE, Nikolas. **A Política da Própria Vida:** biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. Tradução de Paulo Ferreira Valerio. São Paulo: Paulus, 2013.

SENTIDOS. **Minoria é Coisa do Passado.** Editora Escala, 2012.

Disponível em: <<http://revistasentidos.uol.com.br/inclusao-social/68/artigo2448371.asp>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

SOFI, Antonio. **Um nuovo giornalismo s'intreccia nella Rete: l'informazione nell'era dei blog.** In: SORRENTINO, Carlo (orgs). *Il Campo Giornalistico. I nuovi orizzonti dell'informazione.* Roma: Carocci, 2005. p. 141-166.

SORRENTINO, Carlo (orgs). **Il Campo Giornalistico:** i nuovi orizzonti dell'informazione. Roma: Carocci, 2005.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. **MATRIZES**, v. 1, n.2, 2008.

Disponível em:

<http://www.usp.br/matrizes/ojs/index.php/matrizes/article/view/40/pdf_22>. Acesso em: 10 jul. 2014.

VIVARTA, Veet (Coord.). **Mídia e Deficiência.** Brasília: Andi e Fundação Banco do Brasil, 2003.